

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA N° 007/2020 DO COMITÊ DE  
INVESTIMENTOS DO IPMS**

Data: 06 de julho de 2020

Participantes: Joel de Barros Bittencourt

João Ramos Junior

Onézimo Soares Ribeiro

Na Sala de Reuniões, realizou-se a 7ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SUZANO – IPMS dirigida por seu presidente, Joel de Barros Bittencourt, com início às 10:00 horas do dia 06 de julho de 2020. **DELIBERAÇÕES:** Dado início à reunião do Comitê de Investimentos, o presidente abriu a reunião com o acompanhamento da estratégia de investimentos realizada ao longo do mês de junho/2020, na qual houve a realocação da carteira visando aumentar a exposição no segmento de renda variável, e diminuição das posições no segmento de renda fixa, em especial a de curto prazo. Conforme aprovado na 6ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos, foi efetuado ao longo do mês de junho o resgate total do CAIXA FI BRASIL IRF-M1 TP RF – CNPJ 10.740.670/0001-06, que totalizou R\$ 12.113.859,40, além de terem sido resgatados R\$ 5.745.000,00 do BB PREVID RF ALOCACAO ATIVA – CNPJ 25.078.994/0001-90. Também foram resgatados R\$ 606.000,00 do CAIXA FI BRASIL IRF-M1+ TP RF – CNPJ 10.577.519/0001-90, para o pagamento de despesas administrativas. Em relação às aplicações foram aplicados R\$ 5.745.000,00 em 05/06/20 no FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES CAIXA VALOR RPPS – CNPJ: 14.507.699/0001-95 referente ao ingresso de recursos das contribuições e R\$ 215.000,00 no CAIXA FIC BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA – CNPJ 23.215.097/0001-55 referente à taxa administrativa. Além disso foram aplicados R\$ 18.245.000,00 em datas diversas no BB AÇÕES VALOR FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES – CNPJ 29.258.294/0001-38 sendo que tal valor refere-se ao resgate total do Fundo CAIXA FI BRASIL IRF-M1 TP RF e parte do ingresso de recursos oriundos dos acordos de parcelamento com a Prefeitura Municipal, conforme Ata do Comitê nº 06/2020. O Presidente dá então continuidade à Reunião, e informa que, em junho/2020 foram realizadas as Assembleias Gerais de Cotistas dos Fundos a seguir listados, todos no formato virtual em conformidade com a Instrução CVM nº 622, que regulamentou a possibilidade de realização de Assembleias inteiramente digitais: i) MULTINVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES – CNPJ nº 13.608.335/0001-39, realizada em 09/06/20, cuja pauta foi: (i)

aprovação das contas e demonstrações contábeis do Fundo referentes ao exercício social encerrado em dezembro de 2019; ii) W7 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA – CNPJ nº 15.711.367/0001-90, iniciado em 16/06/20 quando foi suspensa e encerrada em 26/06/20, cuja pauta da AGC foi: I. aprovação da reorganização societária e tributária da W7BZ Holding S.A. ("Companhia"), bem como da distribuição dos recursos em caixa da Companhia provenientes da venda das ações da Locaweb Serviços S.A. ("Locaweb"); II. aprovação da substituição dos serviços de administração, custódia, controladoria e escrituração prestados pela atual Administradora pelos serviços da Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. – CNPJ nº 67.030.395/0001-46 ambas pertencentes ao mesmo grupo econômico da Planner Holding Financeira S.A.; III. aprovação da prorrogação do prazo do Fundo, bem como a adequação das taxas de administração e gestão; IV. autorização para a Administradora do Fundo tomar todas as providências necessárias à implementação do item anterior. iii) INCENTIVO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISEITORIAL II – CNPJ nº 13.344.834/0001-66 realizada em 30/06/20, após Consulta (e aprovação pelos cotistas do Fundo) da possibilidade de realização, através de vídeo ou teleconferência, da Assembleia inicialmente agendada em 26/03/20 a qual havia sido suspensa. A pauta da Assembleia foi: 1) Substituição do Gestor do Fundo, conforme deliberado na Assembleia Geral de Cotistas realizada em 08 de agosto de 2019; 2) Atualização da atual situação do Fundo; 3) Atualização da situação de caixa do Fundo; 4) Atualização das ações judiciais tomadas para execução das garantias; 5) Atualização de relatório sobre as ações para responsabilização do Gestor, Administrador e Custodiante anteriores; 6) Liquidação do Fundo; 7) Substituição do Prestador de Serviço de Advocacia contratado pelo Fundo; 8) Análise da possibilidade da realização das assembleias do Fundo fora da sede da Administradora e deliberação, se for o caso. Em seguida foram recebidos no mês de junho/2020 os Fatos Relevantes a seguir: (i) Da ORLA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – CNPJ nº 90.904.564/0001-77, administradora dos Fundos LME REC MULTISEITORIAL IPCA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS, CNPJ: 12.440.789/0001-80 e LME REC IMA-B FUNDO DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA – CNPJ 11.784.036/0001-20, informando que CVM, através do Processo nº 19957.01953/2020-76, decidiu cancelar o registro de administradora de carteiras, pelo fato de que o cargo de diretor responsável pela administração de carteiras atualmente estar vacante na ORLA, e sua substituição tem sido dificultada em função da progressão da pandemia do coronavírus. (ii) TOWER RENDA FIXA FUNDO DE INVESTIMENTO IMA-B 5 – CNPJ nº 12.845.801/0001-37 e TOWER II RENDA FIXA FUNDO DE INVESTIMENTO IMA-B 5 – CNPJ nº 23.954.899/0001-87 em 09/06/20, foi emitido comunicado de fato relevante pela administradora dos Fundos que, em razão da declaração do vencimento antecipado das debêntures LSHB14, em 12/02/20, e tendo em vista o pedido de recuperação judicial distribuído em 31/01/19, serão precificadas as mencionadas debêntures, na carteira, a 09/06/20, a 100% em PDD (Provisão de Devedores Dúvidosos); (iii) GERAÇÃO DE ENERGIA – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA – CNPJ 11.490.580/0001-69, comunicado da Administradora que, a fim de reconhecer o impacto das transações referentes ao distrato da

Bolt Energia (Investida do Fundo) com a Green Oil e outras empresas, rescindindo o Instrumento Particular de Outorga de Direito de Superfície e Outras Avenças celebrado em setembro/2014 e a sentença em procedimento arbitral movido pela Green Oil, Campo Grande Bioeletricidade S.A. E Bolt Energia S.A. Tais transações resultaram em um resultado negativo de 82,13% no patrimônio líquido do Fundo. (iv) INCENTIVO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL II – CNPJ nº 13.344.834/0001-66, Comunicado em 22/06/20, o qual foi rerratificado em 23/06/20 e mais uma vez rerratificado em 24/06/20 informando a lista de credores do Fundo através de Resposta da CVM à Consulta realizada pela Administradora do Fundo. O presidente mostrou preocupação com os fatos relevantes apresentados, os quais terão convocação de Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas em um futuro próximo. O presidente passou então à revisão dos resultados da carteira a partir dos relatórios de performance diária emitidos pela Diretoria Administrativa e Financeira através do sistema Comdinheiro, os quais apresentam a posição mais atualizada disponível (com atraso de no máximo dois dias úteis - D-2), bem como os relatórios de conjuntura econômica fornecidos pelo Banco Central do Brasil e das principais casas de investimento. O Presidente passou à uma análise da prévia dos resultados em 30/06/2020 sendo que os resultados no mês de junho/2020 apontaram uma rentabilidade no mês de 1,46% versus a meta atuarial projetada de 0,74%, sendo que no ano a rentabilidade total da carteira está em -1,80% contra uma meta atuarial de 2,92% acumulada no ano de 2020. O segmento de renda fixa apurou uma rentabilidade de cerca de R\$ 2,639 milhões no mês de junho/2020 e os ganhos em renda variável foram de aproximadamente R\$ 2,928 milhões. Ao analisar a rentabilidade da carteira no início do mês de julho/2020, verifica-se que a rentabilidade no mês acumulada até 06/07/2020 está em 0,58%, totalizando ganhos de R\$ 2,475 milhões aproximadamente. O presidente destaca a contínua recuperação da carteira do IPMS após a forte queda no início da pandemia, destacando, porém, que existe ainda forte volatilidade dos mercados no momento, mesmo porque, apesar das melhorias, a pandemia causada pelo coronavírus ainda persiste. O Presidente passa então a analisar o relatório de Rentabilidade Diária da CEF em 06/07/2020 e em 30/06/2020. No caso dos IMA-B e IMA-B 5+ os mesmos apresentaram até o dia 06/07/2020 rentabilidades no mês de 1,59% e 2,56% acumuladas no mês respectivamente, comparados com as rentabilidades de 2,02% e 2,82% verificadas em junho/2020. Em relação aos fundos IMA-B 5 e IDKA 2A IPCA a rentabilidade no mês até 06/07/2020 é de 0,45% e 0,44% respectivamente, enquanto que no mês anterior a rentabilidade respectiva foi de 1,09% e 1,17%. Em relação aos fundos de véspera curto (IRF-M1 e CDI), a rentabilidade mensal até 06/07/2020 é de 0,00% e 0,04% respectivamente e no mês de junho/2020 de 0,25% e 0,24%. O presidente destacou ainda a rentabilidade do IRF-M1+, que concentra papéis prefixados com vencimento superior a um ano, com rentabilidade mensal até 06/07/2020 de 0,43% e no junho/2020 de 1,01%. Destacou também o Fundo CAIXA AÇÕES VALOR, que teve rentabilidade mensal em 30/06/2020 de 4,58% e até 06/07/2020 possui uma rentabilidade no mês de 4,19%. O presidente destaca que o mercado continua mantendo um movimento bastante favorável, com destaque no segmento de renda variável. Há que se destacar porém, a volatilidade devido às incertezas com a evolução da pandemia do coronavírus. O

presidente passa à análise de conjuntura econômica, iniciando com o Boletim RPPS da CEF de maio/2020 que destaca que no quadro doméstico segue-se observando o desdobramento dos efeitos da pandemia, com a manutenção das medidas de isolamento social exercendo forte pressão sobre os dados de atividade, sejam estes dados brutos de produção e vendas, ou indicadores de confiança/sondagens. A evolução da COVID-19 ratifica a ideia de que o maior impacto estará concentrado no 2º trimestre do ano. O quadro de recessão severa continuou exercendo forte pressão desinflacionaria sobre os preços. Nesse contexto, o Banco Central seguiu provendo mais estímulos à economia com a manutenção das medidas de isolamento com o desdobramento dos efeitos da pandemia, com a manutenção das medidas de isolamento social. No cenário externo, o processo de reabertura gradativa na Europa e EUA, na sequência da retomada das atividades na China, e a perspectiva de novos estímulos monetários e fiscais nas economias avançadas, em meio a notícias encorajadoras sobre o desenvolvimento de uma vacina contra o COVID-19, devem mais do que compensar a preocupação com o acirramento da tensão comercial entre EUA e China. Passando à análise dos Relatórios do Departamento de Pesquisa Econômica (Depec) do Banco Bradesco, passou-se à análise do Cenário Econômico de 26/06/20, que destaca que o pior momento para a atividade doméstica parece ter ficado para trás e que as readequações de vários modelos de negócios em conjunto às medidas emergenciais parecem estar contribuindo para uma recuperação mais rápida, como visto nos indicadores de maio e junho. O comportamento do mercado de trabalho traz cautela para o cenário, assim como o fim dos estímulos fiscais, sendo que outro ponto de incerteza é como se será a reação da economia após o término dos estímulos emergenciais, em especial o auxílio emergencial de R\$ 600,00. Outro aspecto notável, durante esta crise, tem sido o rápido ajuste das contas externas à depreciação cambial e à queda do PIB, mesmo em um contexto de queda do comércio global. O real sofreu uma das maiores depreciações no ano por conta do ambiente externo e das fragilidades domésticas, em particular com as dúvidas fiscais. Mas a intensa depreciação da moeda levou a um rápido ajuste das contas externas, com forte melhora das exportações – o Brasil foi um dos poucos países no mundo onde isso se verificou – e expectativas de saldo em conta corrente ao redor do equilíbrio nos próximos meses. No cenário externo, a reabertura das economias tem sustentado a retomada da atividade global. A sinalização mais favorável dada pelos indicadores de alta frequência e de confiança tem sido confirmada pelos dados já conhecidos para maio. Nas últimas semanas, contudo, o fluxo de dados mais positivo tem contrastado com o aumento das preocupações quanto a uma possível segunda onda de contágio de Covid-19. Continua-se, assim, com uma incerteza elevada no cenário, inerente à própria pandemia. Talvez uma retomada em dois estágios seja o cenário mais razoável, enquanto não houver uma vacina ou tratamento eficazes para o Covid-19. Vivemos hoje a primeira fase com uma recuperação em "V". Mas, ao longo do segundo semestre, o ritmo da atividade poderá perder intensidade, levando em conta diversas restrições causadas por uma eventual segunda onda de contágio do coronavírus. O Destaque Depec de 01/07/20 indica que o Brasil vem apresentando bons fundamentos nas contas externas, contrastando com o desempenho interno. Sendo que tais fundamentos que ajudam a mensurar o grau de vulnerabilidade externa de um país, destacando que a

dívida externa do país é de 36% do PIB, abaixo de outros países em grau especulativo e de outros momentos mais recentes de nossa história. O Boletim Semana em Foco de 03/07/20, indica que o momento mais agudo da pandemia pode ter ficado para trás, destacando que surpresas positivas com resultado de indicadores econômicos do Brasil indicam que o momento mais agudo da crise foi de fato em abril. Apesar dos resultados de curto prazo mais favoráveis, o choque foi significativo. A atividade econômica deve registrar queda próxima de 10% no trimestre e o desemprego ainda deve avançar, refletindo a volta das pessoas na busca por emprego. Nesse contexto, o governo anunciou que estenderá o auxílio emergencial por mais alguns meses, adotando um fim escalonado do benefício, e também prorrogou o programa de suporte ao emprego. No cenário externo, igualmente, a economia global também vem reportando números mais fortes, de modo geral. Por outro lado, a preocupação com o avanço da pandemia permanece. O aumento do número de novos casos e de hospitalizações em alguns estados americanos levou a uma nova rodada de restrições, dando alguns passos atrás no processo de reabertura. Por ora, o risco de fechamento amplo e sincronizado das economias segue limitado, ainda que restrições possam acontecer localmente. Esse processo pode contribuir para atrasar ou mesmo limitar a recuperação e pode limitar a melhora dos mercados. Finalmente, passando à análise do Boletim Focus – Relatório de Mercado elaborado pelo Banco Central do Brasil de 03/07/2020 verifica-se que o mercado projeta a redução da taxa SELIC em 2,00% até o fim de 2020 e 3,00% no fim de 2021, ante a previsão de 2,25% para o final de 2020 verificadas nas quatro semanas anteriores. Além disso, grande parte do mercado acredita na manutenção do recuo do PIB no ano de 2020, refazendo a projeção de -6,48% para -6,50%, além do aumento mais moderado na taxa de câmbio, variando de R\$ 5,40 para R\$ 5,20 ao final de 2020. Por outro lado, há um ligeiro aumento na projeção da inflação IPCA de 1,53% para 1,63% em 2020, encurtando o espaço para reduções mais drásticas dos juros pelo Banco Central, com a manutenção, porém na busca do segmento de renda variável para melhora da performance da carteira. Dado este cenário, o Comitê de Investimentos acredita que, ainda que embora ainda exista volatilidade no mercado no cenário causada pela pandemia, a visão do IPMS no cenário atual é de busca de rentabilidade em ativos de médio e longo prazo, visto que no mês anterior já houve uma forte realocação dos investimentos da carteira para o segmento de renda variável, que hoje representam cerca de 19,13% da carteira do Instituto. O Presidente também aproveita para destacar que foi aprovado a Lei Complementar Municipal nº 346 de 24/06/20, que autorizou a suspensão do recolhimento das contribuições previdenciárias patronais com vencimento entre 1º de junho e 31/12/20, nos termos da Lei Complementar Federal nº 173 de 27/05/20 da Prefeitura Municipal. Com isso, o valor a ser repassado até o final do ano será reduzido a não mais que R\$ 2 milhões de reais mensais aproximadamente, referente ao Repasse das Contribuições dos Servidores. Com isso, o Comitê de Investimentos decidiu por aplicar o ingresso de recursos no segmento de renda fixa, com vértice entre o médio e longo prazo, descartando o vértice de curto prazo dada a sua baixa rentabilidade. Destaca-se neste caso a boa rentabilidade do IRF-M 1+, formado por papéis de vencimento superior a um ano no segmento pré-fixado. Os papéis de segmento pré-fixado possuem uma velocidade de redução de juros mais lenta que os títulos do segmento IMA, que possuem

variação atrelada ao IPCA e indiretamente à SELIC, que no momento atual estão em queda acelerada. Para o pagamento das despesas administrativas optou-se pelo resgate em fundos de gestão ativa, que se mostrou com rentabilidade aquém da esperada dada a flexibilidade que é dada ao gestor para movimentar a carteira visando a maximização de resultado em um cenário adverso. Com isso o Comitê de Investimentos aprovou(i) APPLICAR os ingressos de recursos referentes a: I) resgates devido às liquidações antecipadas provenientes de decisões aprovadas em Assembleia Geral de Cotistas; II) os valores recebidos da distribuição de rendimentos dos fundos; III) os valores recebidos dos acordos de parcelamento; e IV) os repasses das contribuições mensais no CAIXA FI BRASIL IRF-M1+ TP RF – CNPJ 10.577.519/0001-90, sendo que para o pagamento das despesas administrativas deverá ser realizado o RESGATE do CAIXA FIC BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA – CNPJ 23.215.097/0001-55. São anexos a esta: (i) Atas das Assembleias dos Fundos MULTINVEST FIA, W7 FIP e INCENTIVO FIDC MULTISSETORIAL II (este último com a Consulta da Administradora para a realização da Assembleia de forma virtual); (ii) Fatos Relevantes da ORLA DTVM S.A., TOWER e TOWER II RENDA FIXA FI; GERAÇÃO DE ENERGIA FIP; (iii) Comunicado do INCENTIVO FIDC MULTISSETORIAL II referente à relação de Credores do Fundo (com duas ratificações); (iv) Relatórios de Posição de Investimentos de 30/06/20 e 06/07/20; (v) Tabelas de Indicadores dos Fundos de Investimento da Caixa Econômica Federal em 30/06/2020 e 06/07/2020; (vi) Boletim RPPS de Maio de 2020 elaborado pela Caixa Econômica Federal; (vii) Boletins Cenário Econômico de 26/06/20, Destaque Depec de 01/07/20 e Semana em Foco de 03/07/2020 elaborados pelo Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Depec) do Banco Bradesco; (viii) Relatório de Mercado – Boletim Focus do Banco Central do Brasil de 03/07/2020; ix) Lei Municipal Complementar nº 346 de 26 de junho de 2020 e Lei Federal Complementar nº 173 de 27 de maio de 2020. Nada mais havendo foi encerrada às 12:15 horas a 7ª reunião ordinária do Comitê de Investimentos de 2020 tendo, eu, João Ramos Junior, lavrado a presente Ata, que depois de lida, segue devidamente assinada pelos participantes.

Presidente do Comitê

Membro

Relator